



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DAPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ARIANI AMORIM DA SILVA

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO NO
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DAS ENTIDADES DO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO LÍRIO DOS VALES**

Senhor do Bonfim

2014

ARIANI AMORIM DA SILVA

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO NO
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DAS ENTIDADES DO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO LÍRIO DOS VALES**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia, Campus VII, Senhor do Bonfim-BA, Colegiado de Ciências Contábeis, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ariel Gustavo Letti

Senhor do Bonfim

2014

ARIANI AMORIM DA SILVA

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO NO
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DAS ENTIDADES DO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO LÍRIO DOS VALES**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação do *Campus VII* - Senhor do Bonfim da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em 16 de dezembro de 2014 às 14h00min.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ariel Gustavo Letti
Universidade do Estado da Bahia
(Orientador)

Prof. Esp. Jorge Adriano Souza
Universidade do Estado da Bahia
(Examinador)

Prof. Esp. Leandro Nascimento
Universidade do Estado da Bahia
(Examinador)

Dedico essa monografia a minha mãe Solange,
por ter me ensinado o valor da educação.
E ao meu pai Paulo por me incentivar a nunca
desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador e consumidor da minha fé, por me permitir chegar aonde eu cheguei, derramando suas infindas bênçãos em minha vida.

Agradeço também aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, e me apoiaram nos momentos mais difíceis. Obrigada por estarem comigo sempre, todo o amor do mundo a vocês.

Obrigada a minha família que todos os dias estiveram ao meu lado. À minha irmã Bruna e ao meu irmão Manoel, obrigada por tudo. Aos meus tios, primos e especialmente as minhas avós Elísia (in memória), que continua sendo exemplo de mulher, e a minha vó Izabel pela preocupação diária dispensada a mim.

Ao meu esposo Fabrício, pela paciência e compreensão nos momentos de estresse, por estar sempre disposto a me ajudar quando precisei.

Agradeço aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, acompanhando de perto a minha caminhada. Em especial a Renata Ingredy e Jandmilli por me ajudarem tanto, não tenho palavras para agradecer a todos vocês.

A turma 2009.2, não poderia ter sido turma melhor, tanto tempo juntos, mas apesar das dificuldades conseguimos vencer mais essa etapa.

Ao meu orientador professor Ariel por ter aceitado me orientar nesse processo, pela ajuda e paciência. E a todos os meus professores pelo conhecimento compartilhado com todos nós.

Por fim, quero agradecer a todos que acreditaram em mim e me ajudaram a realizar esse sonho, que Deus os abençoe sempre. Obrigada a todos!

O que você procura pode ser impossível de achar, então, procure algo que você pode achar e seja feliz ao invés de passar a vida inteira procurando algo indefectível que você nunca vai encontrar.

Arnaldo Jabor

RESUMO

Esta monografia de conclusão de curso tem como objetivo, inicialmente, analisar os conceitos, e os aspectos gerais do Terceiro Setor e outras informações inerentes ao assunto e como o uso da contabilidade pode auxiliar no processo de gestão nas organizações, nesse caso no Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales, uma organização sem fins lucrativos na área da educação

Em seguida é apresentada ao leitor as demonstrações contábeis que são obrigatórias nas entidades de Terceiro Setor. O presente trabalho também pretende demonstrar como é feita a gestão no Terceiro Setor e todas as suas dificuldades.

A metodologia desenvolvida foi realizada por pesquisa bibliográfica através de livros, artigos, pesquisas na internet, pesquisa de campo com aplicação de questionários aos membros dos conselhos que compõe o Instituto, sendo eles, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A contabilidade é um instrumento essencial para o desenvolvimento e gestão das entidades do Terceiro Setor, através da informações fornecidas pelas demonstrações contábeis. A pesquisa revela que o conhecimento dos membros dos conselho sobre as demonstrações contábeis é escasso. Um maior interesse por parte dos membros facilitaria o processo de gestão e ajudaria no crescimento do Instituto.

Palavras-Chave: Terceiro Setor; Demonstrações Contábeis; gestão, tomada de decisão

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS/GESET – Área de Desenvolvimento Social/Gerência de Estudos Sociais

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CTN – Código Tributário Nacional

ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos

FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importância dos Instrumentos de Gestão

Gráfico 2 – Relatórios contábeis obrigatórios

Gráfico 3 – Outros Relatórios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	11
1.1.1 Geral.....	11
1.1.2 Específicos	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A informação e a comunicação	13
2.2 Sistemas de Informação Contábil.....	14
2.3 Terceiro Setor: Aspectos Gerais	15
2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	20
2.4.1 Balanço Patrimonial.....	21
2.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	22
2.4.3 Demonstração de Mutação do Patrimônio.....	22
2.4.4 Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos	23
2.4.5 Demonstração de Fluxo de Caixa.....	24
2.4.6 Notas Explicativas	25
2.4.7 Orçamento	26
2.5 GESTÃO NO TERCEIRO SETOR	27
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
4 ESTUDO DE CASO - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	32
4.1 Perfil da Instituição	32
4.2 Análise e Interpretação	36
5. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE	43

1 INTRODUÇÃO

Terceiro Setor pode ser entendido como o conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não lucrativos e está presente na nova conjuntura social brasileira. Contudo isso não significa dizer que a sociedade conheça profundamente o Termo Terceiro Setor.

Vale lembrar que há um Primeiro Setor que é compreendido pelo Estado e tem como função principal garantir o bem estar da população. O Segundo Setor é composto por pessoas físicas e jurídicas que têm como finalidade principal a obtenção de lucro e riqueza. O Terceiro Setor veio como um contraponto, que atua nos campos onde o Estado não é eficiente e sem finalidade de lucro.(CHAGAS, 2011)

Mesmo com a visão voltada para o social, o Terceiro Setor também tem um processo econômico que precisa ser controlado, e a contabilidade é uma das principais ferramentas que contribui para manter a “imagem positiva” perante a sociedade. Segundo Marion (2009, p. 27): “Contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão”. Portanto, a contabilidade é um instrumento que auxilia as entidades no crescimento, desenvolvimento e continuidade das mesmas, e uma ferramenta para um gerenciamento eficaz e transparente que ajuda no processo de controle e tomada de decisão.

Na era do conhecimento a informação tornou-se algo de bastante relevância, sendo que uma informação errada ou até mesmo a falta dela dificulta a gestão. Nesse sentido, os sistemas de controle contábeis devem fornecer as informações necessárias para o processo de comunicação das entidades do terceiro setor, facilitando assim, a gestão e a transparência.

Dentro deste contexto, reconhecendo a presença do Terceiro Setor na Sociedade Brasileira, são abordadas as informações fornecidas pela Ciência Contábil por meio das Demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, planilhas, notas explicativas; as Normas Brasileiras de Contabilidade que serão aplicadas a estas Entidades. Tudo isso à partir do comportamento de uma Entidade pertencente ao Terceiro Setor, no que tange a evidenciação dos seus atos.

Portanto este estudo visa demonstrar a necessidade da informação contábil no auxílio à gestão e no desenvolvimento das entidades do Terceiro Setor, neste caso o Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales.

Assim tem-se como problema de pesquisa: Qual a percepção que os gestores do Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales em relação às práticas contábeis adotadas pelas ESFL, e se as informações geradas pela contabilidade são utilizadas no processo de gestão do Instituto?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

- Verificar se o Instituto Presbiteriano Lírio dos Vales utiliza as informações geradas pela contabilidade do terceiro setor para atender às necessidades de gestão da entidade.

1.1.2 Específicos

- Evidenciar como são elaborados os principais demonstrativos contábeis no âmbito do instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales;
- Apurar se os membros que compõe a diretoria e o conselho deliberativo conhecem as técnicas básicas da contabilidade;
- Demonstrar como é feito o processo de prestação de contas do instituto em estudo;
- Identificar quais os procedimentos contábeis devem ser realizados pelas ESFL conforme as NBC's.

1.1.3 JUSTIFICATIVA

Conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 44,4% das entidades de terceiro setor no Brasil encontravam-se na Região Sudeste; 21,5% na Região Sul; 22,9% na Região Nordeste; 6,5% na Região Centro-Oeste e 4,9% na Região Norte. A variação nacional de 2006 para 2010 foi de

8,8%. Conforme dados disponíveis no site do Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2014) um dos destaques foi que, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceu 157%, passando de 105 mil para 276 mil. No mesmo período, o número de pessoas ocupadas no setor passou de 1 milhão para 1,5 milhão de trabalhadores, registrando um aumento de 50% demonstrando a partir daí como o setor tem tido grande influência no cenário brasileiro.

Portanto o estudo a cerca do tema Terceiro Setor é relevante, já que em geral, estas instituições representam uma alternativa para uma melhoria no contexto social.

Tem-se a impressão que o nível de conhecimento sobre o que é o Terceiro Setor é algo bastante limitado, até mesmo entre os usuários do serviço.

Há também a necessidade de verificar como as informações contábeis auxiliam na expansão das atividades do instituto, e também propor aos interessados, meios que resultam em informações a fim de viabilizar a captação de recursos e dar credibilidade à entidade perante a sociedade.

Atualmente o Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales passa por um período de expansão em suas atividades que abrange tanto a estrutura física quanto a estrutura funcional da organização.

Diante do crescimento da organização nos últimos anos em número de alunos atendidos, colaboradores, ampliação do número de séries dentre outros, a organização está passando por um período de reestruturação de suas atividades e diretrizes, nessa fase é importante avaliar se a atuação da organização está condizente com sua missão e objetivos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Para as entidades que compõe o Terceiro Setor, como para qualquer entidade, a informação pode ser utilizada como instrumento para tomada de decisão. Tinoco (2009, p.13) afirma que:

O acesso à informação de boa qualidade é um pré-requisito para o exercício da cidadania, vale dizer, condição essencial para que os problemas socioeconômicos sejam debatidos e resolvidos no convívio democrático entre os grupos sociais.

A informação é algo de bastante valor para o processo decisório de qualquer entidade, devendo a mesma diminuir as incertezas quando o gestor precisar tomar alguma decisão. O valor da informação reside no fato que ela deve reduzir a incerteza na tomada de decisão, ao mesmo tempo que procura aumentar a qualidade da decisão (PADOVEZE, 2009, p. 28).

A contabilidade, por meio dos relatórios que produz, transmite a informação aos usuários: sendo usuários externos (bancos, eventuais investidores etc.); e os usuários internos à entidade (administradores, funcionários etc). Isso facilita o processo de gestão da entidade. Mas, antes de qualquer conteúdo a ser estudado faz-se necessário entender a conceituação de Informação, Dado e Comunicação. Para Padoveze (2009, p. 27):

Informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas.

Dado é o registro puro, ainda não interpretado, analisado e processado.

Comunicação é o processo de transmissão da informação e de compreensão que somente se efetiva mediante uso de símbolos comuns.

Resumindo, informação é o dado processado de forma a ser entendido pelo receptor. A transferência de informação é a comunicação

Entende-se, portanto que, o dado é o registro que ainda não foi processado, a informação por sua vez é o dado processado e interpretado e a comunicação é a informação que depois de processado e armazenado é transmitida ao seu receptor. Essa comunicação propicia o *feedback* entre o que transmite a informação e o que recebe essa informação, concluindo assim o processo de comunicação.

A informação para ser útil na entidade é necessário preencher alguns requisitos, ela tem que ser compreensível para o gestor, ser relevante, confiável, os usuários precisam ter condições de comparar as demonstrações contábeis de outras entidades, e tem que ter um custo/benefício para que a mesma seja válida (IUDÍCIBUS 2009).

A contabilidade, portanto, dá subsídio para qualquer entidade conhecer a variação do seu patrimônio. Esta ciência vai além do objetivo de gerar informações, ela permite que cada grupo de usuários avalie a situação econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências sobre o futuro das mesmas.

2.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O ser humano utiliza sistemas de informação contábil desde seu nascimento. Por meio do uso da linguagem ou de códigos faz uso de meios para se comunicar e chegar a um entendimento. Em resumo Padoveze (2009, p. 33) afirma que:

Podemos definir sistema de informação como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento de dados e tradução em informações, para, com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais.

O uso dos sistemas de informações é fator importante para entidade no processo de tomada de decisão, no qual são cumpridos os principais objetivos das entidades: a sustentabilidade e a continuidade.

Para que a entidade seja beneficiada pelo sistema de informação é necessário o uso de alguns recursos para o processamento.

Como dito anteriormente o sistema de informação contábil utiliza dados fornecidos e os transforma em informações contábeis úteis para a gestão de toda e qualquer empresa ou entidade. Para Padoveze (2009, p.128) os principais recursos no processo de transformação dos dados em informação são:

Recursos humanos (contadores) com capacitação adequada da ciência contábil, para o enfoque sistêmico da contabilidade e visão contábil gerencial completa, para atender às necessidades informacionais contábeis do sistema empresa;
Software de contabilidade que possibilite ao contador efetivar todo o potencial gerencial da informação contábil a ser gerada e utilizada.

A contabilidade nasceu como um sistema de informação, onde os únicos usuários eram os proprietários das empresas. Com o passar dos tempos surgiram outros interessados nas informações geradas pela contabilidade, sendo eles os credores, os investidores, o governo e a sociedade (CHAGAS, 2011).

Devido à fragilidade das entidades sem fins lucrativos, a contabilidade tornou-se um meio eficaz de gerenciamento para os gestores, fornecendo informações atuais e verídicas sobre a situação patrimonial das entidades (CHAGAS, 2011).

Destaca-se que o Terceiro Setor no Brasil ainda está engatinhando, possuindo grandes desafios a serem enfrentados, e a contabilidade vem como meio para tentar auxiliar a entidade no processo de tomada de decisão e conseqüentemente melhorar a gestão dos recursos.

2.3 TERCEIRO SETOR: ASPECTOS GERAIS

No Brasil o tema Terceiro Setor ainda é pouco difundido. Na área contábil não é diferente, a literatura ainda é escassa o que dificulta o aprofundamento do assunto, mas aos poucos esse cenário está se modificando. Conforme definição do CRC – RS (2011, p 13) Terceiro Setor:

É representado pelas entidades sem finalidade de lucro. A característica principal dessas organizações é que não visam ao lucro. Os recursos são oriundos da própria atividade, além de doações, subvenções e financiamentos, sendo que a sua aplicação deve ser integralmente na própria atividade a qual foi instituída, de acordo com estatuto. No caso de eventual superávit este não deve ser distribuído aos associados/membros. Portanto, o resultado superavitário deverá ser reinvestido nas atividades-fins das entidades.

Apesar das organizações terem uma origem antiga, o assunto está sendo debatido atualmente no mundo acadêmico de maneira mais aprofundada. Conforme afirma Chagas (2011, p.19):

Mesmo constando dos tempos mais remotos a expressão Terceiro setor é algo novo. O termo representa uma tipologia organizacional, que refere-se as organizações privadas sem fins lucrativos, vindo a indicar a existência de outros dois setores o governo (primeiro setor) e o mercado (segundo setor). Evidencia-se assim um estado incapaz de lidar com a amplitude das causas sociais e um mercado com toda sua ênfase nos lucros.

As organizações do Terceiro Setor preenchem um espaço grande entre as entidades do Primeiro e Segundo setor. O conceito é amplo e engloba uma grande gama de entidades.

Mesmo não tendo lucro como propósito principal essas entidades necessitam de uma ferramenta de gestão organizacional para sobreviverem no mundo competitivo.

2.3.1 Terceiro Setor no Brasil e no mundo

Segundo Hudson (1999, p. 1 apud STEPHANO, 2013, p. 4) “as primeiras civilizações egípcias desenvolveram um severo código moral com base na justiça social. Esse código encorajou as pessoas a ajudar os outros em suas necessidades”.

Nota-se como já fora dito anteriormente que a existência de entidades, mesmo que sem uma organização formada e nem como a denominação de Terceiro Setor, existia nos tempos mais remotos da civilização no mundo.

No Brasil, a precursora das entidades sem fins lucrativos foi a Igreja Católica Apostólica Romana através do setor voluntário, das santas casas de misericórdias, tendo um maior destaque em suas atividades. Conforme estudo publicado pela AS/GESET de julho de 2001:

A ativa participação das entidades sem fins lucrativos na sociedade brasileira data do final do século XIX. Já o processo de formação e consolidação das organizações não governamentais (ONGs) hoje presentes no cenário nacional surgiu nas décadas de 60 e 70, épocas marcadas pelas restrições político-partidárias impostas pelos governos militares, concentrando-se basicamente nas décadas de 80 e 90 (século XX), período em que mais cresceram e se tornaram visíveis. Apesar da evolução recente, as ONGs tiveram papel relevante enquanto catalisadoras dos movimentos e aspirações sociais e políticas da população brasileira.

O fortalecimento das entidades sem fins lucrativos se deu pelo não atendimento das expectativas do primeiro e segundo setor, obrigando o Estado (primeiro setor) a reconhecer a necessidade de se criar um mecanismo eficiente que preenchesse a lacuna existente entre o primeiro e segundo setores da sociedade.

Conforme Imeton (2008, p. 50) a partir da década de noventa no governo de Fernando Henrique, ocorre pela primeira vez o apoio as entidades da parte do Estado às entidades do Terceiro Setor, provocando uma maior articulação entre governo e sociedade, passando por Herbert de Souza (o Betinho) que liderou a campanha contra

fome e por Luís Inácio Lula da Silva que deu continuidade como um articulador com a sociedade, resgatando o papel de maior responsabilidade do Estado perante os problemas sociais

Isso mostra a importância do Terceiro Setor no Brasil pelo desenvolvimento social no país e os valores promovidos.

2.3.2 Características das organizações do Terceiro Setor

As entidades de Terceiro Setor diferem das entidades do Primeiro e Segundo Setor devido há alguns aspectos. Dentre os aspectos podemos citar o lucro, propriedade, fonte de recursos, decisões políticas e operacionais conforme afirma Freeman e Shoulders (1993, p. 8 apud CAMPOS, 2011, p. 24):

- a) lucro: o lucro não é objetivado por essas entidades.
- b) propriedade: pertence à comunidade.
- c) fontes de recursos: o doador não possui direito aos bens ou serviços da entidade por sua doação.
- d) decisões políticas e operacionais: a maioria das decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por maioria de voto, por meio de assembleia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos.

Como já fora citado anteriormente o Primeiro Setor é composto pelo Estado e tem como objetivo a obtenção de recursos através dos tributos e financiamentos. A aplicação desses recursos deve ser utilizada para o bem-estar da sociedade, infraestrutura dentre outras funções que concernem ao Estado. O Segundo Setor é representado pelas empresas privadas e que visam ao lucro através da prestação do serviço.

As entidades sem fins lucrativos possuem propósitos bem diferentes das outras entidades. São propósitos educacionais, religiosos e com fins sociais, e que não tenham nenhum interesse econômico ou financeiro, sendo a sua principal finalidade a transformação do ser humano. Campos (2011, p. 24) afirma:

Assim, compreende-se que o lucro não é a razão da existência, do Terceiro Setor e sim a provocação de mudanças na sociedade, não existe um dono do patrimônio, pois este é de propriedade da sociedade e o gestor não é responsável pela geração de lucro, mas sim, ele responsável pelo cumprimento da missão e pelo gerenciamento dos recursos de forma eficiente seguindo o orçamento.

Portanto o Terceiro Setor propõem-se a auxiliar a sociedade no cumprimento de atividades que seriam de obrigação do Estado, mas que o mesmo não consegue efetuar com qualidade.

2.3.3 Classificações das Organizações do Terceiro Setor

O Terceiro Setor é definido por organizações não governamentais, que não derivam do poder público e não tem finalidade de lucro. Atualmente existem vários tipos de entidades que compõem o Terceiro Setor, Zanluca (2010, p. 4 apud COAN, 2010, p. 2) destaca os seguintes tipos de entidades no Brasil:

- a) associações: são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas com objetivo comum, sem finalidades lucrativas;
- b) fundações: são entes jurídicos que têm por característica o patrimônio. Este ganha personalidade jurídica e deverá ser administrado de modo a atingir o cumprimento das finalidades estipuladas pelo seu instituidor. A partir da vigência do Código Civil de 2002, somente podem ser constituídas fundações para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (parágrafo único do art. 62);
- c) cooperativas sociais: são associações autônomas de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Não são sociedades beneficentes, pois seus sócios buscam vantagem econômica para si, não possuem fins lucrativos, pois não são criadas para acumular riquezas, mas sim distribuir a que possa ser gerada por seus associados, na medida de participação de cada um na sociedade;
- d) organização social: é uma qualificação outorgada pela administração pública a uma entidade sem fins lucrativos. É um modelo de organização pública não estatal que absorve atividades públicas (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica. É uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos orientadas para o atendimento do interesse público;
- e) organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP): são organizações do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através de termo de parceria.

Vale lembrar que as OSCIPs foram criadas pela Lei n° 9.790, de 23 de março de 1999.

A entidade a ser estudada neste trabalho se classifica conforme estatuto como uma associação sem fins lucrativos de direito privado, que oferece serviços de educação básica, promovendo projetos sociais e educacionais que beneficiam a comunidade carente.

2.3.4 Imunidades e isenções tributária para as organizações do Terceiro Setor

Pela Constituição Federal é dado ao Estado o poder de tributar, é dado também ao Estado o poder da renúncia tributária, o Incentivo Fiscal, que é autorizada ao contribuinte em busca de algum benefício para a sociedade. As entidades do Terceiro Setor são alcançadas pela isenções e imunidades tributárias conforme a sua definição e forma de atuação.

A imunidade tributária é definida pelo Art. 150 da Constituição Federal como segue:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

O art. 9º do Código Tributário Nacional também dispõe sobre o tema:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

IV – cobrar imposto sobre

[...]

c) patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos [...].

No artigo 14 do CTN são apresentados os requisitos requeridos pelas entidades, como segue:

Art. 14 do Código Tributário Nacional (Seção II – Disposições Especiais)

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

As isenções tributárias, por sua vez, são concedidas as entidades mediante legislação vigente e instituídas pelo Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). A principal legislação que concede isenção às entidades de Terceiro Setor estão dispostas no Lei 12.101/2009 e nos Decretos nº 8242/14 e 7.300/2010. No Art. 1º da Lei 12101 subscreve-se que:

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como

entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta lei.

Para se beneficiar com a isenção, a entidade deverá, entre outros requisitos, aplicar os recursos integralmente no desenvolvimento de seus objetivos, manter escrituração completa e não remunerar dirigentes por serviços prestados.

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

As Demonstrações Contábeis utilizadas pelo Terceiro Setor são elaboradas a partir de legislação societária, tendo com finalidade principal atender às necessidades de informação dos usuários da entidade.

Conforme resolução do CFC nº 1409/12 resolveu-se aprovar a ITG 2002 que estabelece os critérios e procedimentos que deverão ser seguidas pelas entidades sem fins lucrativos. Essa resolução revogou as resoluções que tratavam na NBC-T 10 e NBC-T 10.19.

No item 7 da ITG 2002 afirma-se que a interpretação desta ITG:

Destina-se a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Cultura, Previdência, Desenvolvimento Social e Combate a Fome e ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais

A ITG 2002 no item 2 afirma que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e lucro ou prejuízo é considerado respectivamente superávit ou déficit.

O decreto nº 8242 de 23 de maio de 2014, exige no art. 3º quais as demonstrações contábeis e financeiras são necessárias para concessão ou renovação do Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos:

- I – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II – cópia de ata de eleição dos dirigentes e do instrumento comprobatório de representação legal, quando for o caso;
- III – cópia de ato constitutivo registrado, que demonstre o cumprimento dos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 12.101, de 2009;

- IV – relatório de atividades desempenhadas no exercício fiscal anterior ao requerimento, destacando informações sobre o público atendido e recursos envolvidos;
- V – balanço patrimonial
- VI – demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- VII – demonstrações dos fluxos de caixa; e
- V – demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade, se for o caso.

Verifica-se a necessidade da contabilidade ser evidenciada de um modo claro, ou seja, os administradores precisam ter real entendimento das informações prestadas pelos contadores para uma gestão eficaz (CAMPOS, 2011).

Neste trabalho falaremos então somente das demonstrações contábeis citas acima, que é o foco principal deste trabalho.

2.4.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é considerado a mais importante demonstração contábil, pois possibilita a verificação das posições das contas em um determinado momento, por isso a sua utilização é imprescindível para o Terceiro Setor. Como não existe nenhuma legislação específica, a estrutura do balanço patrimonial é a mesma utilizada para as entidades com fins lucrativos.

Como dito anteriormente dentre as demonstrações contábeis o balanço patrimonial é a mais importantes, pois ela permite ao usuário uma visão generalizada dos recursos e movimentação realizados. Os elementos que compõe essa demonstração são Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Conforme publicação da Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC (2012, p.21)

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. O benefício econômico futuro do ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para com o fluxo de caixa e equivalentes de caixa para a entidade. Esses fluxos de caixa podem vir do uso de ativo ou de sua liquidação.

Uma empresa usa seus ativos para manter suas operações, a fim de gerar receitas que superem o valor dos ativos sacrificados em troca. A mesma publicação

dá a definição de Passivo como sendo uma obrigação que a entidade adquire, e para que haja a liquidação é necessário o sacrifício de recurso financeiro.

O Patrimônio Líquido é o valor residual do ativo deduzido os seus passivos, de maneira simplificada é a diferença entre o ativo e o passivo.

Existem algumas particularidades que envolvem a estrutura do balanço patrimonial das entidades sem fins lucrativos. A ITG 2002 no item 24 determina que a conta Capital seja substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo patrimônio líquido, e a conta Lucros ou Prejuízos seja substituída por Superávit ou Déficit do período.

2.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício é, juntamente com o balanço patrimonial, a expressão máxima da evidenciação contábil. Comumente chamada Demonstração do Resultado do Exercício, nas entidades do Terceiro Setor é chamada de Demonstração do superávit ou déficit do exercício, tendo como função principal a definição do resultado líquido obtido no exercício. Nas entidades sem fins lucrativos, os termos superávit ou déficit substituem os termos lucro ou prejuízo.

Conforme CAMPIGLIA (1997, p. 49 apud CAMPOS, 2011, p. 33):

A demonstração do resultado tem por finalidade evidenciar o resultado (lucro ou prejuízo) periódico da instituição e os fatores negativos (custos e despesas) e positivos (ganhos e rendimentos) que entram na composição desse resultado, representados por saldos das contas a que se referem.

Portanto, compreende-se que a demonstração do superávit ou déficit tem por finalidade representar um acréscimo ou decréscimo no patrimônio da entidade. O valor do superávit ou do déficit deve ser até a aprovação por uma assembleia de associados e após esse processo esse valor deverá ser incluída na conta patrimônio social.

2.4.3 Demonstração de Mutação do Patrimônio

A DMPL (Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido) evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social,

explicando os motivos das diversas contas do patrimônio líquido se modificarem visando assim auxiliar o gestor no processo de tomada de decisão.

Nas entidades que compõem o Terceiro Setor a ITG 2002 conforme previsto na NBC TG 26 no item 24 determina:

Nas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit.

Nas entidades de Terceiro Setor a demonstração evidencia as modificações ocorridas no Patrimônio Líquido Social durante o período, sendo que, serão evidenciados os saldos no início do período e os acréscimos ou decréscimos por doações recebidas, superávit ou déficits obtidos nas demonstrações das atividades do exercício e possíveis ajustes ao patrimônio social.

2.4.4 Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos

A DOAR (Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos) tem a função de evidenciar, em um período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade, apresentando a origem e a aplicação dos recursos movimentados pela entidade.

Conforme a NBC T 3.6:

- 3.6.2.1 – A demonstração das origens e aplicações de recursos discriminará:
- a) o valor resultante das operações da Entidade, correspondente ao resultado líquido do período, retificado por valores que não geraram movimentação de numerário ou não afetaram o capital circulante, que tanto poderá constituir-se em origens ou em aplicação de recursos;
 - b) as origens dos recursos, compreendendo:
 - 1) os aportes de capital;
 - 2) os recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanente;
 - 3) os recursos provenientes de capital de terceiros de longo prazo.
 - c) as aplicações dos recursos, compreendendo:
 - 1) os recursos destinados ao pagamento das participações nos lucros aos sócios ou acionistas;
 - 2) os recursos aplicados na aquisição do permanente e no aumento dos ativos de longo prazo;
 - 3) os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo;
 - 4) os reembolsos de capital.
 - d) a variação do capital circulante líquido, resultante da diferença entre os totais das origens e das aplicações dos recursos.

e) a demonstração da variação do capital circulante líquido, compreendendo os saldos iniciais e finais do ativo e do passivo circulante, e respectivas variações líquidas do período.

Nas entidades de Terceiro Setor essa demonstração é bastante importante para identificar como são gerados os recursos utilizados e onde são aplicados, já que o balanço patrimonial por si só não consegue suprir todas as necessidades de informação de uma entidade.

A DOAR para as entidades do Terceiro Setor é estruturada da mesma forma que as das sociedades com fins lucrativos, tendo algumas diferenças na nomenclatura. A denominação capital é substituída pela de patrimônio e o resultado é chamado de superávit ou déficit.

2.4.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa) conforme Iudicibus, Marion e Faria (2009, p. 186) é:

A Demonstração de Fluxo de Caixa e a DOAR constituem-se em fluxos financeiros, por refletirem as movimentações de dinheiro ocorridas nas entidades. A diferença é verificada na amplitude de enfoques desses relatórios[...]

No Brasil, a Lei 11.638/07, que alterou a lei de Sociedades por Ações introduziu, em seu art. 188, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) em lugar da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR).

A DFC demonstra toda a origem e aplicação de dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período. A utilização da DFC ajuda a esclarecer situações controversas sobre a situação financeira da entidade, e ajuda na elaboração de um melhor planejamento financeiro, de forma que não ocorra um excesso de Caixa, mas que se mantenham estáveis, tendo o montante necessário para se fazer face aos compromissos imediatos. Para a NBC – T 3.8:

3.8.1.2 As informações contidas na demonstração do fluxo de caixa, em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis, destinam-se a ajudar seus usuários a:

- a) avaliar a geração de caixa para pagamento de obrigações, lucros e dividendos;
- b) identificar necessidades de financiamento;
- c) identificar razões para as diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais; e

d) identificar o efeito das transações de investimentos e financiamentos sobre a posição financeira

A DFC deve ser feita de maneira organizada e deve ter uma divulgação correta, já que é uma informação relevante, mas, sozinha não tem tanta eficácia, já que ela não evidencia aspectos importantes que em outras demonstrações são divulgadas.

2.4.6 Notas Explicativas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Elas tem como objetivo evidenciar as informações que não foram explicitadas nas demais demonstrações propriamente ditas. As informações contidas nas notas explicativas devem ser claras e concisas e principalmente relevantes. Segundo Ribeiro (1999, p. 313):

No parágrafo 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/76, as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias ao esclarecimento da Situação Patrimonial e dos Resultados dos Exercícios.

Conforme ITG 2002, as Demonstrações Contábeis deverão ser complementadas por notas explicativas que devem conter pelo menos as seguintes informações:

- a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- c) as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção;
- d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes destes;
- f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- i) informações sobre os seguros contratados;
- j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil ou econômica;

- m) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- n) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas junto aos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos e qualitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- o) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor recebido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Como é comum nas organizações sem fins lucrativos a participação de voluntários na prestação do serviço, é recomendado que se evidencie nas Notas Explicativas, a quantidade de funcionários, o total de horas empregadas, o número de pessoas atendidas pelos voluntários, e o valor do serviço prestado em termos monetários.

2.4.7 Orçamento

O orçamento, ainda que não previsto na ITG 2002, é peça fundamental, configurando um poderoso instrumento gerencial, já que a sua utilização permite aos gerenciadores refletirem sobre cada atividade desempenhada, fornece também informações essenciais sobre as despesas previstas e as receitas associadas às atividades planejadas.

Nas organizações sem fins lucrativos o orçamento tem por objetivo descrever os planos das entidades, apresentando políticas, objetivos, planos e metas gerenciais inserindo todas as etapas do processo em um determinado período. Para FREZATTI (2000, p.36 apud CAMPOS, 2011, p. 37)

Uma abordagem adequada do planejamento de negócios é aquela que considera o orçamento como a forma de controle do resultado futuro. Planejar sem controlar é uma falácia e desperdício de tempo e energia. O controle é fundamental para o entendimento do grau de desempenho atingido e quanto próximo o resultado almejado se situou em relação ao planejado.

Baseado no orçamento, os gestores podem traçar metas e estratégias para atingi-las. Elas devem ser elaboradas de forma flexível para que possa se adaptar às mudanças do mercado, tendo como intuito atender às necessidades de mercado.

Outra demonstração contábil que não é obrigatória para as entidades de Terceiro Setor, mas que tem sua relevância é a DVA – Demonstração de Valor

Adicionado, ela vem sendo utilizada para evidenciar a geração e a distribuição de riqueza das organizações em determinado período.

A partir das relações entre os diversos componentes da DVA é possível utilizá-la como instrumento de análise. É possível também utilizá-la como um complemento no processo de prestação de contas da entidade, já que a mesma permite dar mais transparência a esse processo.

2.5 GESTÃO NO TERCEIRO SETOR

Assim como nas entidades com fins lucrativos, as Entidades Sem Fins Lucrativos, também necessitam de gestão adequada.

A gestão nas entidades de terceiro setor é apontada como algo muito frágil, pois necessita de profissionalização dos gestores da organização, principalmente dos que ocupam cargos gerenciais. Panceri (2001 apud IMETON, 2008, p. 66) afirma:

Dirigir, coordenar, gerir, gerenciar, administrar, enfim, cuidar da gestão de uma organização que vive de doações, de repasse de recursos do governo, que não visa ao lucro, nem gera renda, é um grande desafio. Gerir uma entidade social implica um processo contínuo, dinâmico, diversificado, complexo e difícil de ser entendido por outros setores. Quem gerencia, portanto, está numa posição crítica, não sendo uma tarefa para qualquer perfil e quem se propõe a ser gestor em tais organizações tem de estar preparado

A autora afirma ainda que o gestor, nas organizações do Terceiro Setor, deverá ter conhecimento sobre o que são as instituições sem fins lucrativos e o papel que essas instituições deverão exercer na sociedade, o modelo adequado de gestão para essas instituições, a forma de captação de recursos, ética, marketing social, entre outros aspectos. Para Chagas (2011, p. 38)

Estando o administrador consciente das dificuldades em avaliar o impacto os resultados dos projetos por ele elaborados, sistema de informações, planejamento da aplicação dos recursos dentre outros, assim para um gestor desse tipo de entidades busca constante por capacitação é algo indispensável, necessitando conhecer o grupo de pessoas a quem a entidade esta voltada, ou seja, suas necessidades ajudando a encontrar soluções reais para tais questões.

A sociedade requer da instituição social que ela seja ativa em suas finalidades, e para tal é necessário que o gestor seja ativo na entidade para que a organização seja capaz de transformar o meio ao qual está inserida. Ainda conforme Campos (2011, p. 39) uma unidade de prestação de serviços precisa ter:

- Um grupo definido de usuários;
- Seus próprios objetivos e estratégias;
- Informações financeiras para controlar receitas e despesas;
- Um administrador para planejar, prestar e monitorar o serviço;

A sobrevivência da maioria das organizações do Terceiro Setor passa pela necessidade de se descobrir novos caminhos para a gestão dessas entidades, pois, devido à ausência de modelos para atender as suas especificidades, acabam utilizando métodos equivalentes aos usados nas entidades com fins lucrativos.

No Terceiro Setor há a necessidade de se atender as demandas específicas, pois se estas não forem atendidas há o risco de se perder o foco nos valores da organização.

As organizações de Terceiro Setor ainda não possuem muita credibilidade no nosso país, são vistas com desconfiança pela nossa sociedade, muitas vezes devido a uma falta de gestão por parte dos administradores dessas organizações, segundo Torquato (2003, p. ?? apud IMETON, 2008, p. ??) “a verdade é que, sob a capa de filantropia, esconde-se uma gigantesca malha de ‘pilantrópia’”. A partir daí se faz necessário que as entidades mostrem para a sociedade que seu trabalho é sério, e por isso, as entidades do Terceiro Setor precisam ser transparentes em suas ações.

Gerir uma entidade social não é algo fácil, são várias questões que devem ser levadas em conta para que a organização caminhe para alcançar a excelência. Kisil (2001, apud IMETON 2008, p. 67) cita características que devem ser seguidas pelo gestor, a gestão é uma atividade contínua, sempre será necessário ter alguém administrando, sempre haverá coisas a serem feitas. Gerir também tem que ser uma atividade dinâmica, todos os dias acontecem coisas diferentes, nenhum dia será igual ao outro. É também um papel diversificado, o gestor terá que lidar com situações diferentes e complexas todos os dias. É um desafio complexo e uma tarefa difícil de os outros entenderem, tudo tem que ser muito transparente e explicado, a responsabilidade é muito grande, qualquer equívoco pode gerar complicações

Em suma, pode-se definir que os principais desafios do Terceiro Setor são: Captação de recursos, capacidade de articulação, eficácia e transparência. Cabe ao gestor saber enfrentar essas barreiras mostrando a seriedade de sua instituição, conquistando a credibilidade através da prestação de contas.

Portanto a contabilidade vem a ser um instrumento eficaz no auxílio aos gestores das entidades com fins sociais, como a sua finalidade principal é fornecer informação estruturada ao usuário afim de que o mesmo se utilize dessa informação para um melhor gerenciamento dessas instituições.

A contabilidade se tornou algo imprescindível para as organizações do Terceiro Setor, fornecendo relatórios exigidos pelo governo, ou auxiliando nas transações bancárias. Essa contabilidade deve ser feita por profissional habilitado, seguindo todas as normas contábeis a fim de que problemas, como omissões e distorções não ocorram.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizou Estudo de Caso e usou de técnicas quantitativas para análise dos dados, sendo uma pesquisa do tipo exploratório e descritiva.

Gil (2002) afirma que o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos. Segundo essa definição o Estudo de Caso é um método eficiente pois permite conhecer detalhadamente o objeto a ser estudado, nesse caso o Instituto Presbiteriano de Educação Lírios dos Vales.

Ponte (2006) afirma que os estudos de caso podem ser exploratórios, servindo para obter informações sobre o objeto de estudo, e, podem ser fundamentalmente descritivos, tendo como propósito descrever o caso.

Oliveira (1997) aponta que o método quantitativo pode ser empregado no desenvolvimento de pesquisas descritivas em várias esferas: social, econômica, de comunicação, mercadológicas e de administração e representa uma forma de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções.

Quanto aos meios, a pesquisa pode ser considerada: bibliográfica, porque para as bases da fundamentação teórica e metodológica do trabalho, foram realizadas investigações sobre o tema já apresentados em outras pesquisas de referências na área; e de campo, que segundo Silva (2008, p.57) “[...] consiste na coleta direta de informação no local em que acontecem os fenômenos; é aquela que se realiza fora do laboratório, no próprio terreno das ocorrências.”.

O instrumento de coleta de dados foi confeccionado na forma de questionário com perguntas do tipo fechadas. Segundo Marconi e Lakatos (2005 p.2003) “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Para coleta dos dados os questionários foram aplicados aos membros do conselho deliberativo e fiscal e para a direção do Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales.

3.1 Perfil da Instituição

O Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales foi criado em 05 de dezembro de 1993 pelo Reverendo Gessé Rios. É uma instituição sem fins lucrativos, mantida pela Igreja Presbiteriana Lírio dos Vales e tem por objetivos:

I-Tornar-se referência na elaboração e gestão de programas que visam a emancipação e reinserção das pessoas como sujeitos de direito, à luz dos valores humanos universais e dos princípios cristãos;

II-Oferecer educação básica, profissionalizante, continuada e superior, bem como atividades correlatas, dando oportunidade a pessoas que, independente de sexo, raça ou crença o procurem para obter instrução, educação e cultura;

III. Promover projetos sociais e educacionais que beneficiem a comunidade carente.

Desde o início do século os reformadores deram grande ênfase a educação e os presbiterianos se incluem nesse rol de pessoas que se preocupavam com a educação cristã no mundo, tanto que em 1746 fundaram o colégio de Nova Jersey, que deu origem a faculdade de Princeton.

Evangelização e educação sempre caracterizaram a obra presbiteriana no Brasil, tanto que os missionários da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos, fundaram na primeira década várias escolas dentre elas uma das mais conhecidas no Brasil, a Escola Americana de São Paulo, mais tarde transformada em Mackenzie College.

Na cidade de Senhor do Bonfim tudo começou com a chegada de missionários americanos sendo alguns deles o Rev. Alexander Latimer Blackford, Rev. George W. Chamberlain, Rev. John Benjamin Kolb dentre outros. Onde, após viajarem por toda região aportaram em Senhor do Bonfim, e em 1901 fundou-se a congregação presbiteriana e em 1917 foi elevada para condição de igreja.

Porém o Instituto só veio a ser criado em março de 1993, através da iniciativa do Reverendo Gessé Rios, por estar convicto dos benefícios da educação na melhoria das condições sociais do povo e no desenvolvimento sustentável do município de Senhor do Bonfim, e também por ser uma prerrogativa da IPB, que acredita que em toda igreja presbiteriana deveria existir uma organização voltada para a educação

Somente no dia 21 de abril 1996, numa reunião realizada no templo da Igreja Presbiteriana Lírio dos Vales, reuniram-se os presbíteros, diáconos e presidentes das sociedades internas da igreja para eleição da diretoria executiva do I.P.E Lírio dos Vales. Nessa reunião resolve-se então eleger uma comissão para a criação do Instituto, sendo que o estatuto só foi aprovado em 16 de março de 1997.

Nesses 21 anos de existência o Instituto atendeu aproximadamente a 1500 crianças. Atualmente a organização oferece ensino do maternal ao 5º ano do ensino fundamental I e atende a 200 crianças, a organização conta com 19 colaboradores sendo: 1 diretora, 1 vice-diretor Pedagógico, 1 vice-diretor Administrativo Financeiro, 13 professoras, 1 zeladora e 1 porteiro.

4 ESTUDO DE CASO – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O estudo de caso foi realizado no Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales, localizado na cidade de Senhor do Bonfim – BA. Nesse capítulo será apresentado o resultado de toda pesquisa realizado ao longo do tempo com base nas questões respondidas pelos membros do conselho deliberativo, fiscal e diretoria executiva.

4.1 Análise e Interpretação

O Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales é dividido em quatro órgãos administrativos:

- I – Assembleia Geral
- II – O Conselho Deliberativo
- III – O Conselho Fiscal
- IV – A Diretoria Executiva

Os questionários foram aplicados para o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O conselho deliberativo é formado por 4 membros eleitos pela assembleia geral. No tocante a função que conselho possui no Instituto percebeu-se uma unanimidade entre os membros, que afirmam que a principal função do conselho é supervisionar todo o andamento do Instituto em todas as esferas. Quanto ao grau de empenho na fiscalização das contas apenas 1 pessoa afirmou que nunca se empenha nesse processo, enquanto os outros 3 afirmaram que sempre se empenham na fiscalização das contas.

O conselho fiscal, por sua vez, é formado por 3 membros eleitos pela assembleia geral, sendo que a função desse conselho segundo estatuto é a fiscalização e acompanhamento de toda a administração do Instituto, da legalidade, da escrituração, das aplicações financeiras e especificamente da administração financeira.

Percebe-se pelo questionário que apenas 1 membro do conselho fiscal tem uma visão mais ampla do que seria a função do conselho fiscal, enquanto o restante acredita que a função do conselho limita-se a fiscalização das contas. Quanto ao grau de empenho apenas um membro afirmou que sempre se empenha no processo pertinente ao conselho fiscal, enquanto os demais afirmaram que as vezes se empenham.

Por fim, a diretoria executiva é formada por 3 membros, sendo eles, diretor geral, vice diretor administrativo/financeiro e diretor pedagógico, onde todas as diretrizes administrativas e pedagógicas fixadas pelo Conselho Deliberativo serão executadas, sob a liderança do diretor geral.

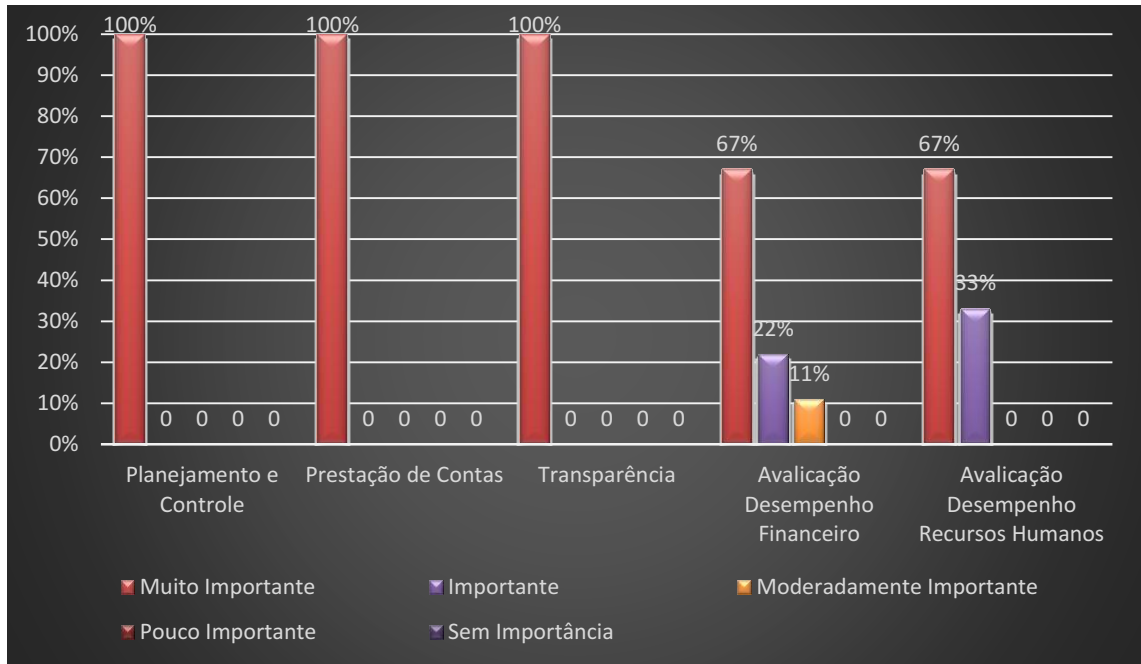
O Instituto esta atendendo aproximadamente 200 alunos durante o ano de 2014. Sobre a receita aproximada no exercício 2014 está em mais de R\$ 30.000,00 anual, tendo como fonte principal de arrecadação a contribuição mensal paga pelos pais dos alunos.

O processo de prestação de contas hoje é realizado através de relatórios mensal e anual, que são entregues à assembleia geral, que após apreciação são aprovados ou não.

A utilização de práticas para um melhor gerenciamento do Instituto foi considerada importante, procurando-se verificar itens essenciais a uma boa gestão utilizando a escala: 1 - muito importante; 2 – Importante; 3- Moderadamente

importante; 4 – Pouco importante; 5 – Sem importância, obteve-se os resultados apresentados o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Importância dos instrumentos de gestão



Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, planejamento e controle, prestação de contas e transparência foram unanimidades para todos, que o consideraram como muito importante. Desempenho financeiro e desempenho de recursos humanos tiveram avaliações diferentes.

Separadamente para todos os membros do conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva, planejamento e controle foi considerada 100% importante, como também o processo de prestação de contas e transparência. No conceito de avaliação de desempenho financeiro para o conselho deliberativo 75% acham muito importante, enquanto que 25% acreditam que ele seja somente importante.

Para o conselho fiscal 33,3% acham muito importante, 33,3% acham Importante, e 33,3% moderadamente importante.

Para a diretoria executiva a resposta predominante é que o quesito desempenho financeiro foi considerado muito importante, obtendo 100% de aprovação.

No quesito de avaliação de recursos humanos, para o conselho deliberativo 75% acham muito importante e 25% acham importante.

Para o conselho fiscal da 75% acham muito importante e 25% acham importante.

Para a diretoria executiva mais uma vez houve unanimidade, onde o quesito foi considerado como importante. A partir daí percebe-se que essa falta de consonância entre os conselhos principalmente nessa área, poderá atrapalhar o gestor do instituto, principalmente nessa parte de recursos humanos, que é uma das mais complexas em qualquer entidade.

4.2 Informações acerca do uso da contabilidade na organização

Acerca da área contábil na organização, inicialmente procurei verificar se os membros dos conselhos e diretoria sabiam se havia escrituração contábil no Instituto, verificou-se que 67% acreditam que existe há escrituração contábil no Instituto e 33% acredita que não existe informação contábil.

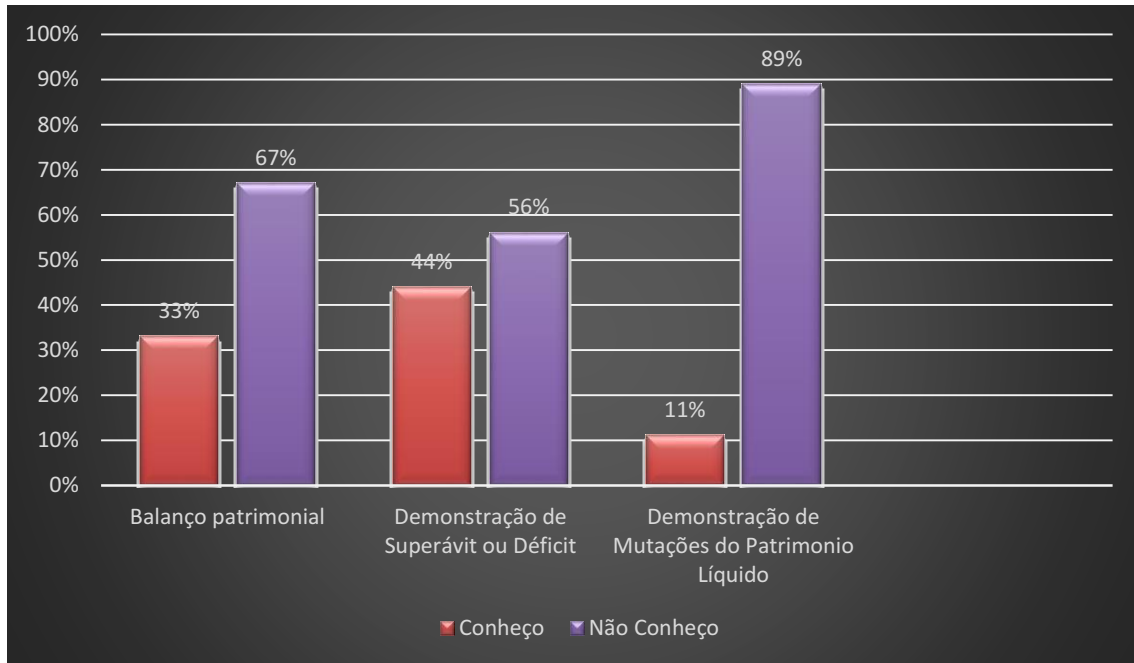
Vale ressaltar que existi escrituração contábil, e que essa escrituração é feita por um escritório de contabilidade, mas essa escrituração não é completa conforme as Leis que regem as Organizações do Terceiro Setor exigem, conforme informação coletada no próprio instituto, hoje o contador serve somente para a declaração de imposto de renda e outros serviços burocráticos. Essa falta de informação por cerca de 33% dos membros dos conselhos mostra que há uma falta de interesse dos próprios em saber como está toda área contábil do Instituto.

Quanto ao fato de ter um profissional da área de contabilidade que elabore as demonstrações contábeis, obtivemos as seguintes repostas, 11% dos respondentes informou que é feita por um contador funcionário, 44% informou ser por um escritório e 45% informou 'outros', mais uma vez percebe-se a falta de informação por parte de alguns no que diz respeito a escrituração contábil no Instituto.

4.2.1 Informações acerca dos Relatórios Contábeis Obrigatórios

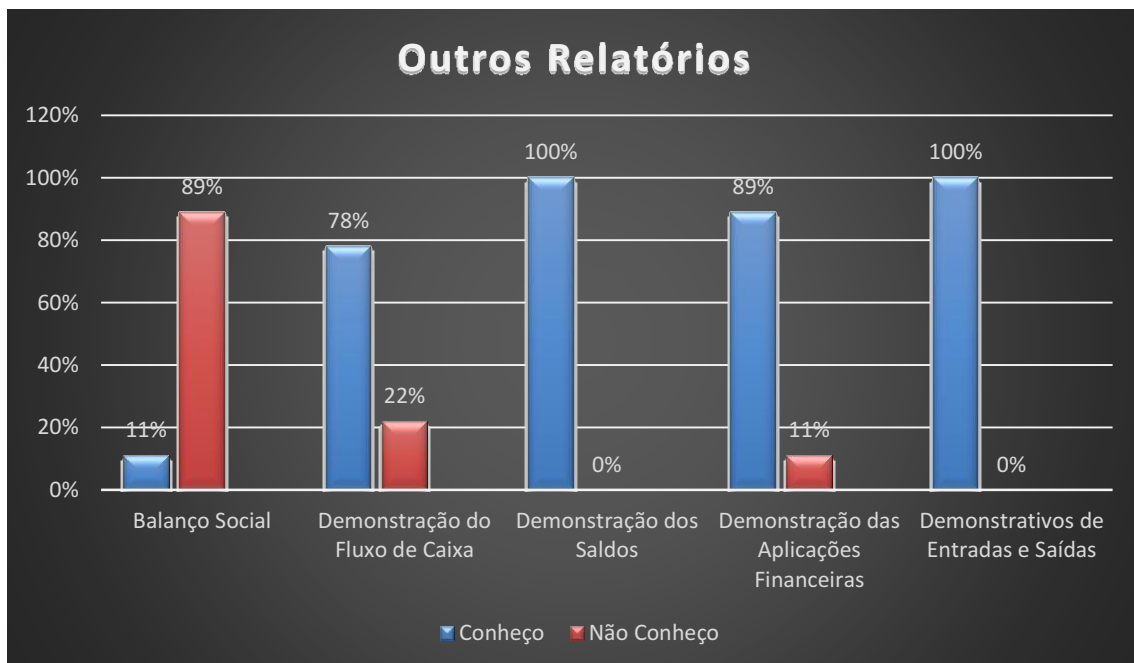
Em relação ao conhecimento acerca dos relatórios contábeis obrigatórios para as entidades do Terceiro Setor, os resultados são apresentados no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Conhecimento sobre os relatórios contábeis obrigatórios



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico:3



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da coleta desses dados, percebeu-se então que o conhecimento acerca das demonstrações contábeis é bastante escasso. Essas informações se usadas da maneira correta, auxiliaria de maneira bastante eficiente no processo de gestão do Instituto. Sem esse conhecimento sobre as principais Demonstrações Contábeis exigidas para o Terceiro Setor. A fiscalização das contas e a aplicação dos recursos recebidos se torna ineficiente, apesar de serem apresentados relatórios mensal e anualmente, esses relatórios apresenta somente as entradas e saída de recursos, tornando a fiscalização em algo superficial. Não se pode admitir que qualquer entidade se baseie somente em relatórios que contenham somente as entradas e saídas.

O balanço patrimonial por exemplo, é considerada a mais importante demonstração contábil, pois permite ao usuário uma visão generalizada dos recursos e movimentações realizados, através do balanço uma empresa conhece seus ativos, e a partir daí permite a entidade gerar receitas que superem o valor dos ativos, e apenas 33% dos que participaram da pesquisa afirmam conhecer o balanço patrimonial. O mesmo ocorre com algumas outras demonstrações contábeis, onde os participantes afirmam desconhecer as demonstrações.

Há exceções, como a DFC em que 78% dos participantes afirmam conhecer, as Demonstrações de saldos onde 100% conhecem o mesmo percentual ocorre nos demonstrativos de entradas e saídas. O conhecimento acerca ao menos dessas 3 demonstrações já pode facilitar o processo de gestão no instituto, mas a falta de interesse em aprofundar o conhecimento é um dos empecilhos para uma fiscalização das contas eficientes e para uma aplicação de recursos que gere benefícios para entidades e para os que dela se utilizam.

5 CONCLUSÃO

. Desenvolver uma pesquisa abordando a temática da importância da contabilidade para o Terceiro Setor era um desejo antigo e um desafio provocador devido à grande relevância do tema para a sociedade.

A contabilidade surge como um meio eficaz no auxílio da gestão para as entidades do Terceiro Setor, mostrando soluções que facilitam todo o processo de prestação de contas da organização.

O objetivo dessa pesquisa era verificar se o uso das informações geradas pela contabilidades auxiliavam na gestão do Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales. Foi definido como um dos objetivos específicos do trabalho evidenciar como são elaborados os principais demonstrativos contábeis no âmbito do Instituto. Portanto descobriu-se que na entidade não é feita escrituração contábil conforme a lei determina, como meio de prestação de contas são usados relatórios emitidos pela diretoria do Instituto, onde consta somente as entradas e saídas de recursos.

Outro objetivo era apurar se os membros que compõe a diretoria o conselho deliberativo e fiscal conheciam os principais demonstrativos contábeis. Percebeu-se então que o conhecimento é muito pouco, para ser ter uma noção de oito demonstrações explicitadas no questionário apenas duas eram conhecidas em sua totalidade. Isso mostra que existe uma fragilidade financeira no Instituto, já que para que haja uma boa gestão dos recursos se faz necessária uma escrituração contábil eficiente, como também o conhecimento daqueles que irão fiscalizar e julgar as contas das demonstrações contábeis, pois a partir delas se definirá se houve superávit ou déficit no exercício, apurar os ativos e passivos da entidade, dentre tantas outras informação importante que a contabilidade pode gerar para o gestor.

Por fim, apesar de acharem muito importante ferramentas como, planejamento e controle, prestação de contas e transparência há uma certa impossibilidade por não possuírem uma informação contábil como ferramenta aliada no processo decisório.

Como recomendação ao instituto, recomenda-se que os conselhos se reúnam e avaliem a forma como está sendo conduzida a contabilidade do Instituto. Uma contabilidade bem feita só tem a agregar, o Instituto tem perdido oportunidades valiosas por deixar de realizar as demonstrações contábeis. Um exemplo são as

doações concedidas para projetos sociais, que geralmente exigem a elaboração das demonstrações contábeis.

Para obter um maior êxito no cotidiano de uma organização que não tem visão lucrativa, mas que recebe recursos financeiros é necessário buscar um maior conhecimento e informação para um gerenciamento eficaz, o uso da contabilidade de forma correta e adequada às necessidades da organização, permite uma maior eficiência ao gestor, que passam a avaliar melhor as decisões e o impacto que ocorre através delas.

Recomenda-se também que haja por parte do conselho fiscal um maior empenho na sua obrigação, que seria a fiscalização e acompanhamento das contas do Instituto, que hoje tem sido realizada pelo conselho deliberativo.

O estudo apresentou algumas limitações na parte da pesquisa de campo, com relação aos questionários, já que percebeu-se que muitos respondentes não conseguiram absorver muito bem as questões propostas.

REFERÊNCIAS

AS/GESET – **Terceiro Setor e desenvolvimento social 2001**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf> Acesso em: 16 de Out. de 2014

CAMPIGLIA, Américo Osvaldo. **Introdução a hermenêutica das Demonstrações Contábeis**. São Paulo. Atlas 1997

CAMPOS, Gabriel Moreira; LIMA, Franciane Gonçalves. **A contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento das entidades do Terceiro Setor: O caso Acacci**. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Campos-%20A%20contabilidade%20como.pdf> Acesso em 01 de jul. de 2014

CHAGAS, Maria Liliane de Oliveira. **Uso da contabilidade do Terceiro Setor no controle de uma instituição eclesial: Um estudo de caso na igreja Batista de Vertentes – PE, 2011**. Disponível: <<http://repositorio.favip.edu.br:8080/bitstream/123456789/980/1/MONO.pdf>> Acesso em 08 de Set. de 2014

COAN, Fernanda Mosseline Josende. **A contabilidade no Terceiro Setor: instrumento de transparência social**. Disponível em: <http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo_59artigo_3.pdf> Acesso em 13 de Out. de 2014

BRASIL. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul: **Terceiro Setor: Guia de Orientação para o profissional da Contabilidade**. Porto Alegre 2011. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf> Acesso em 13 de Out. de 2014.

_____. _____. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.6**. Da Demonstração das origens e aplicações de recursos. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t36.htm>> Acesso em 24 de Out. de 2014.

_____. _____. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.8**. da DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1125_2008.htm> Acesso em 24 de Out. de 2014.

_____. _____. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC – ITG – 2002**. das Entidades sem Finalidade de Lucro. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbc-itg-2002>> Acesso em 13 de Jan. de 2015.

_____. _____. **Lei nº 12.101, de 27 de Novembro de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm> Acesso em 24 de Out. de 2014.

_____. _____. **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> Acesso em 24 de Out. de 2014.

_____. _____. **Código Tributário Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm> Acesso em 21 de Out. de 2014.

_____. _____. **Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/constituicaofederal/constfedtitulovi.htm>> Acesso em 24 de Out. de 2014.

_____. _____. **Caderno de Procedimentos aplicáveis à prestação de contas das Entidades do Terceiro Setor (Fundações)** Brasília – DF 2012

FREEMAN, Robert J.; SHOULDERS, Craig D. **Governmental and non-profit accounting: theory and practice.** 4 ed. New Jersey: Prentice hall, 1993.

FREZATI, Fábio. **Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial.** São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo Atlas, 1999.

IMETON, Luciana Silva. **A contribuição da contabilidade ao processo de gestão do Terceiro Setor: o caso da IDES.** Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/tedesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=529>. Acesso em 21 de Out. de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos-2010.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>> Acesso em 15 de Set. de 2014.

_____. _____. Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada (IPEA), Disponível em: http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article14a4.html?id_article=389, acesso em 15 de Set. de 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio. MARION, José Carlos. FARIA, Ana Cristina de. et al. **Introdução à Teoria da Contabilidade, para o nível de graduação.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 15. ed. São Paulo : Atlas, 2009.

MARKONI. Marina de Andrade e LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas,2005.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PADOVEZE, Cloves Luís. **Sistemas de Informação contábeis – Fundamentos e análises**. São Paulo. Atlas, 2009 6º edição.

PANCERI, Regina. **A identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos**. 2001.f.Tese (Doutorado) Programa de pós-graduação em engenharia da produção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC): Florianópolis 2001.

PONTE, João Pedro (2006). **O estudo de caso na investigação em educação matemática**. Bolema, 25, 105-132 Disponível em: <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docspt/94Ponte\(QuadranteEstudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docspt/94Ponte(QuadranteEstudo%20caso).pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial fácil 14º edição**. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, Disley Pereira dos; DEODORO, Antônio Paulo; PAULA, Helton Cristian de; COLAUTO, Romualdo Douglas (2008). **Demonstração de Valor Adicionado: Aplicação em uma Instituição do Terceiro Setor de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/7341>. Acesso em 12 de Jan. de 2014.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Cleyde Madeira. SALES, Gustavo Dias. **A Contabilidade para entidades do terceiro setor. 2006. Belo Horizonte**. Disponível em <http://sinescontabil.com.br/monografias/artigos/terceiro_setor.htm>. Acesso em: 24 abr. 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio – **Balço Social uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações** – São Paulo. Atlas 2009.

ZANLUCA, J.C **Contabilidade do Terceiro Setor 2009**, Portal Tributário e Maph Editora. Disponível em [www.portaltributario.com.br\ downloads](http://www.portaltributario.com.br/downloads) Acesso em 23 de Out. de 2012.

APÊNDICES

A contabilidade como instrumento no desenvolvimento e gestão das entidades do Terceiro Setor: Um estudo de caso no Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales

Questionário:

Diretoria do Instituto

1. Qual o número aproximados de alunos em 2014.

2. Receita anual em 2014

Até R\$ 10.000,00 ()

R\$ 10.001,00 a 20.000,00 ()

R\$ 20.001,00 a 30.000,00 ()

Mais de R\$ 30.000,00 ()

3. Avalie qual o grau de importância dos itens abaixo relacionados para um melhor gerenciamento do Instituto.

1. muito importante 2. Importante 3. Moderadamente importante

4. pouco importante 5. Sem importância

() planejamento e controle

() prestação de contas

() transparência

() avaliação de desempenho financeiro

() avaliação de desempenho de recursos humanos

4. Há escrituração contábil no Instituto?

Sim ()

Não ()

5. Quem elabora a escrituração contábil do Instituto?

Um contador funcionário () Um contador voluntário ()

Um escritório de contabilidade () Outros ()

6. A origem e saída de recursos são conhecidos?

Sim () Não () Esporadicamente ()

7. Dentre as demonstrações contábeis abaixo, obrigatórias para o terceiro setor, quais você conhece no âmbito do Instituto.

Relatórios Contábeis Obrigatórios	Conheço	Não conheço
Balanço Patrimonial		
Demonstração de superávit déficit o exercício		
Demonstrações de mutação do patrimônio líquido		
Outros Relatórios		
Balanço Social		
Demonstração do Fluxo de Caixa		
Demonstração dos saldos		
Demonstração das aplicações financeiras		
Demonstrativo de entradas e saídas		
Outros		

8. Há planejamento das receitas e despesas:

Sim () Não () Esporadicamente ()

9. Como é realizado o processo de prestação de contas?

10. Para as afirmativas abaixo responda:

1. Não concordo 2. Indiferente 3. Concordo

() A contabilidade possui informações importantes para a gestão da entidade, como forma de medir seu desempenho. Por exemplo, a comparabilidade, as informações patrimoniais, as de liquidez, as de endividamento e as de resultado.

() Existe preocupação por parte dos membros da diretoria de como são aplicados os recursos na entidade.

() Os recursos sempre são reinvestidos na própria entidade.

Conselho Fiscal

1. Qual a função do conselho fiscal no Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales?

2. Há escrituração contábil no Instituto?

Sim () Não ()

3. . Quem elabora a escrituração contábil do Instituto?

Um contador funcionário () Um contador voluntário ()

Um escritório de contabilidade () Outros ()

4. Dentre as demonstrações contábeis abaixo, obrigatórias para o terceiro setor, quais você conhece no âmbito do Instituto.

Relatórios Contábeis Obrigatórios	Conheço	Não conheço
Balanço Patrimonial		
Demonstração de superávit déficit o exercício		
Demonstrações de mutação do patrimônio líquido		
Outros Relatórios		
Balanço Social		
Demonstração do Fluxo de Caixa		
Demonstração dos saldos		
Demonstração das aplicações financeiras		
Demonstrativo de entradas e saídas		
Outros		

5. Avalie o grau de importância dos itens abaixo relacionados para um melhor gerenciamento de Instituto.

1. muito importante 2. Importante 3. Moderadamente importante
 4. pouco importante 5. Sem importância

- () planejamento e controle
 () prestação de contas
 () transparência
 () avaliação de desempenho financeiro
 () avaliação de desempenho de recursos humanos

6. Para as afirmativas abaixo responda:

1. Concordo 2. Não Concordo 3. Indiferente

() A contabilidade possui informações importantes para a gestão da entidade, como forma de medir seu desempenho. Por exemplo, a comparabilidade, as informações patrimoniais, as de liquidez, as de endividamento e as de resultado.

() Existe preocupação por parte dos membros da diretoria de como são aplicados os recursos na entidade.

() Os recursos sempre são reinvestidos na própria entidade.

7. Há planejamento de receitas e despesas?

() Sim () Não () Esporadicamente

8. Qual o seu grau de empenho na fiscalização das contas do Instituto

1. () Sempre me empenho

2. () As vezes me empenho

3. () Nunca me empenho

Conselho Deliberativo

1. Qual a função do conselho deliberativo no Instituto Presbiteriano de Educação Lírio dos Vales?

2. Há escrituração contábil no Instituto?

Sim () Não ()

3. Quem elabora a escrituração contábil do Instituto?

Um contador funcionário () Um contador voluntário ()

Um escritório de contabilidade () Outros ()

4. Dentre as demonstrações contábeis abaixo, obrigatórias para o terceiro setor, quais você conhece no âmbito do Instituto.

Relatórios Contábeis Obrigatórios	Conheço	Não conheço
Balanço Patrimonial		
Demonstração de superávit déficit o exercício		
Demonstrações de mutação do patrimônio líquido		
Outros Relatórios		
Balanço Social		
Demonstração do Fluxo de Caixa		
Demonstração dos saldos		
Demonstração das aplicações financeiras		
Demonstrativo de entradas e saídas		
Outros		

5. Avalie o grau de importância dos itens abaixo relacionados para um melhor gerenciamento de Instituto.

1. muito importante 2. Importante 3. Moderadamente importante

4. pouco importante 5. Sem importância

() planejamento e controle

() prestação de contas

() transparência

() avaliação de desempenho financeiro

() avaliação de desempenho de recursos humanos

6. Para as afirmativas abaixo responda:

1. Concordo 2. Não Concordo 3. Indiferente

A contabilidade possui informações importantes para a gestão da entidade, como forma de medir seu desempenho. Por exemplo, a comparabilidade, as informações patrimoniais, as de liquidez, as de endividamento e as de resultado.

Existe preocupação por parte dos membros da diretoria de como são aplicados os recursos na entidade.

Os recursos sempre são reinvestidos na própria entidade.

7. Há planejamento de receitas e despesas?

Sim Não Esporadicamente

8. Qual o seu grau de empenho na fiscalização das contas do Instituto

4. Sempre me empenho

5. As vezes me empenho

6. Nunca me empenho